

RELATÓRIO
ANUAL DE
INFORMAÇÕES
2 0 1 3



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL

Mensagem da Diretoria Executiva

Senhoras e Senhores,
Participantes Ativos e Assistidos da BANESES,

A Fundação Banestes apresenta o seu Relatório Anual de Informações (RAI) do exercício 2013. O documento é uma obrigatoriedade regulamentada pela Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 23 de 6 de dezembro de 2006, e compõe-se das informações do desempenho obtido pela Fundação no ano que se passou.

Entretanto, mais do que cumprir um normativo, a BANESES considera o RAI uma oportunidade de compartilhar com todos vocês os resultados de um ano intenso de trabalho. Essa conduta segue à risca a nossa política de Comunicação com o Participante que preza pela total transparência das informações que mostram como estamos gerindo o seu patrimônio, buscando a melhor e mais segura rentabilidade capaz de assegurar um benefício digno na aposentadoria.

Nesse último ano, a economia mundial e do Brasil foi de instabilidades e incertezas. A Europa não avançou, os Estados Unidos sinalizaram uma pequena melhora somente no final do ano, e os países em desenvolvimento, como o nosso, seguem na expectativa, considerando a dependência dos países desenvolvidos.

Os Fundos de Pensão, nesse cenário onde a renda fixa não é fixa e as bolsas despencam, tiveram que se desdobrar em busca de rentabilidade para cumprir a meta atuarial e manter seus planos equilibrados. Para a Fundação Banestes, não foi diferente. Podemos dizer que foi até mais difícil, uma vez que a nossa meta atuarial ainda é alta.

Ainda assim, os números mostraram que a BANESES se destacou positivamente. Segundo a ABRAPP, enquanto a média nacional de rentabilidade do setor foi negativa em 1,94% (ou em 4,2%, se excluirmos um determinado Plano da análise), nossa rentabilidade sobre o patrimônio foi positiva em 7,94%, destacando-se entre os melhores desempenhos do ano no segmento de Fundos de Pensão. Nossos recursos de investimentos, ao final de 2013, atingiram o valor de R\$ 1,080 bilhão, com um crescimento de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além

disso, vimos que os recursos investidos na Fundação nos últimos 10 anos renderam mais que a taxa Selic, mais que o dobro da Poupança e praticamente o dobro do Ibovespa.

Para nos adaptarmos à realidade do mercado e continuarmos assegurando uma gestão segura do Patrimônio da Banestes, entretanto, foi necessário que algumas decisões fossem tomadas pela Diretoria Executiva, juntamente com o Conselho Deliberativo e o Conselho de Administração do Patrocinador Banestes:

- O Plano II foi fechado, sem prejuízo para os atuais participantes. A expectativa para o novo plano, o Plano III, é que seja mais adequado à nova realidade de queda das taxas de juros e ao aumento da longevidade;
- A Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a redução da meta atuarial em 0,25% ao ano, passando dos atuais 6% para 5,75% já no final de 2013;
- A Fundação Banestes propôs e o Conselho de Administração do Banestes aprovou a forma paritária contributiva de participação dos Patrocinadores, Participantes ativos e assistidos, no equacionamento de eventuais déficits do Plano.

Enfim, 2013 foi, sim, um ano de muitas dificuldades. Porém, só estamos no centro destes acontecimentos porque fazemos parte dos menos de 5% dos brasileiros que possuem um plano de previdência privada. Felizmente, todas as decisões envolvem recursos já acumulados ao longo dos anos – ou seja, estamos discutindo sobre um patrimônio que já existe e é nosso!

Quanto a este ano de 2014, é possível dizer que também não será um ano fácil. No entanto, garantimos a todos os Participantes, ativos e assistidos, que a Diretoria Executiva da Fundação Banestes, juntamente com toda a equipe de funcionários, estará atuando com a responsabilidade exigida para a gestão do nosso Plano de Benefícios de forma proativa, com o objetivo de estarmos sempre preparados para as eventualidades.

1 - Quadro Social

INFORMAÇÕES PREVIDENCIAIS

COMPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES		
Discriminação	2013	2012
Participantes Ativos	1.965	1.973
Participantes Autopatrocinados	280	227
Participantes Vinculados	3	3
Pensionistas	239	233
Aposentados pela BANESES	1.706	1.673

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS				
Descrição/Ano	2013	2012	Quantidade	
			2013	2012
Ap. p/Tempo Contribuição	50.318	48.535	683	665
Ap. Antecipada	25.599	25.371	790	801
Ap. por Idade	57	50	11	9
Ap. Invalidez	3.439	3.358	192	196
Ap. Especial	46	45	2	2
Benefício Proporcional Diferido	927	-	28	-
Pensão por Morte	7.556	7.085	239	233
Benefício Prestação Única	2.372	2.323	14	16
Pecúlio por Morte	956	865	14	16
Institutos	1.022	1.259	37	50

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS			
Descrição/Ano	2013	2012	%
Contribuição de Ativos	10.077	9.236	9,11
Contribuição de Assistedos	9.556	9.264	3,15
Contribuição da Patrocinadora	7.543	7.112	6,06
Contribuição de Autopatrocinados	390	365	6,91
Outros Recursos Correntes	24.001	29.747	-19,32
Total	51.567	55.724	-7,46

(Valores em R\$ mil)

PROVISÕES MATEMÁTICAS			
Descrição/Ano	2013	2012	%
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.288.374	1.229.134	4,82
Provisões Matemáticas	1.288.374	1.229.134	4,82
Benefícios Concedidos	886.821	857.008	3,48
Benefícios a Conceder	401.553	372.126	7,91

(Valores em R\$ mil)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
Descrição	2013	2012	Varição (%)
1. Ativos	1.293.736	1.269.964	1,87
Disponível	50	18	177,78
Recebível	227.402	247.753	(8,21)
Investimento	1.066.284	1.022.193	4,31
Títulos Públicos	429.560	421.129	2,00
Créditos Privados e Depósitos	111.850	107.518	4,03
Ações	47.116	53.150	(11,35)
Fundos de Investimento	426.541	388.094	9,91
Investimentos Imobiliários	16.611	16.897	(1,69)
Empréstimos	34.606	35.405	(2,26)
2. Obrigações	11.016	9.146	20,45
Operacional	1.592	1.740	(8,51)
Contingencial	9.424	7.406	27,25
3. Fundos não Previdenciais	15.697	16.387	(4,21)
Fundos Administrativos	15.697	16.387	(4,21)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.267.023	1.244.431	1,82
Provisões Matemáticas	1.288.374	1.229.134	4,82
Superávit/Déficit Técnico	(25.541)	11.446	(323,14)
Fundos Previdenciais	4.190	3.851	8,80

Demonstração de Ativo Líquido - Representa o montante de recursos que o Plano II de Aposentadoria possui para cumprir seus compromissos.

(Valores em R\$ mil)

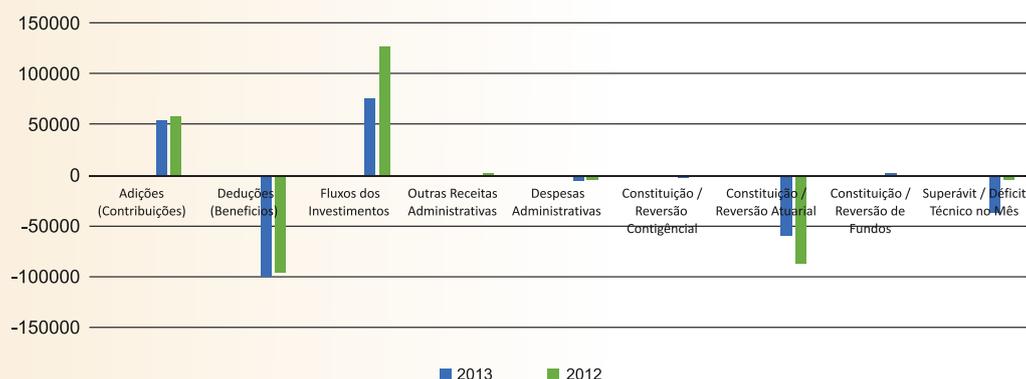
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
Descrição	2013	2012	Varição (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.244.431	1.162.234	7,07
1. Adições	126.204	181.372	(30,42)
(+) Contribuições	54.001	57.964	(6,84)
(+) Resul. Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	72.203	123.408	(41,49)
2. Destinações	(103.612)	(99.175)	4,47
(-) Benefícios	(99.689)	(96.213)	3,61
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.169)	(1.337)	62,23
(-) Custeio Administrativo	(1.754)	(1.625)	7,94
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	22.592	82.197	(72,51)
(+/-) Provisões Matemáticas	59.240	86.417	(31,45)
(+/-) Fundos Previdenciais	339	431	(21,35)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(36.987)	(4.651)	695,25
4. Operações Transitórias	-	-	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.267.023	1.244.431	1,82
C) Fundos não previdenciais	15.697	16.387	(4,21)
(+/-) Fundos Administrativos	15.697	16.387	(4,21)

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Indica as movimentações ocorridas no Plano II de Aposentadoria durante o exercício, demonstrando as estradas de recursos e sua destinação.

(Valores em R\$ mil)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Descrição	2013	2012
Adições (Contribuições)	54.001	57.964
Deduções (Benefícios)	(99.689)	(96.213)
Fluxos dos Investimentos	75.544	126.717
(=) Recursos Líquidos	29.856	88.467
Outras Receitas Administrativas	-	694
Despesas Administrativas	(5.785)	(5.045)
Constituição / Reversão Contingencial	(2.169)	(1.337)
Constituição / Reversão Atuarial	(59.240)	(86.417)
Constituição / Reversão de Fundos	351	(1.013)
Superávit / Déficit Técnico no Mês	(36.987)	(4.651)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 2013 E 2012



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

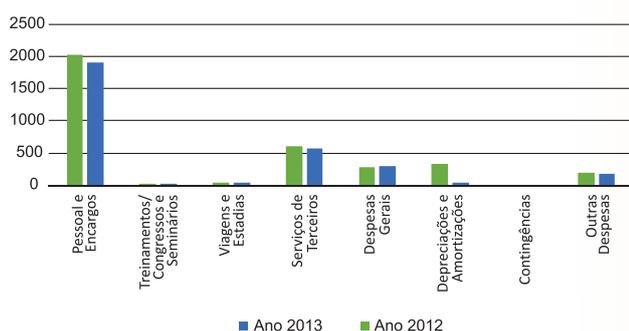
GESTÃO PREVIDENCIAL			
Descrição	2013	2012	(%)
Pessoal e Encargos	2.019	1.904	6,04
Conselhos	168	146	15,65
Dirigentes	338	386	-12,45
Pessoal Próprio	1.513	1.373	10,22
Treinamentos/Congressos e Seminários	23	22	2,78
Viagens e Estadias	40	32	23,67
Serviços de Terceiros	605	568	6,53
Consultoria Atuarial	230	141	63,80
Consultoria Jurídica	206	259	-20,26
Consultoria Contábil	24	24	1,69
Informática	92	136	-32,28
Gestão / Planejamento Estratégico	52	9	475,31
Outras Despesas C/ Terceiros	-	-	-
Despesas Gerais	289	294	-1,89
Depreciações e Amortizações	330	39	750,25
Contingências	-	-	-
Outras Despesas	202	182	11,41
Total	3.508	3.041	15,34

Despesa da Gestão Previdencial: O custeio administrativo do Plano II de Aposentadoria provem da taxa denominada " Contribuição Extra" fixada no parecer atuarial anual e corresponde ao percentual de 0,5% aplicado sobre os salários de participação dos ativos, autopatrocinados e vinculados, e sobre os benefícios dos assistidos, à exceção do pecúlio.

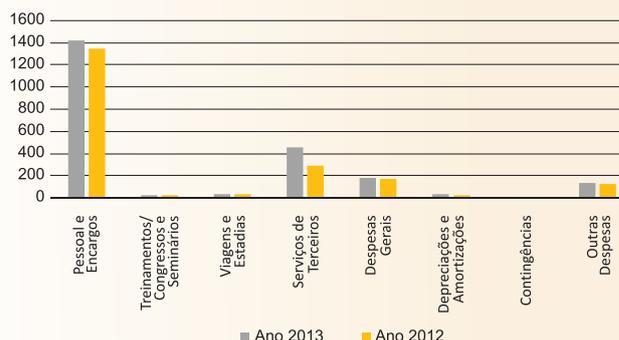
INVESTIMENTOS			
Descrição	2013	2012	(%)
Pessoal e Encargos	1.421	1.345	5,61
Conselhos	112	97	15,65
Dirigentes	317	255	24,01
Pessoal Próprio	992	993	-0,10
Treinamentos/Congressos e Seminários	21	22	-5,37
Viagens e Estadias	35	34	0,95
Serviços de Terceiros	458	287	59,42
Consultoria dos Investimentos	54	64	-16,42
Consultoria Jurídica	0	0	85,31
Consultoria Contábil	16	16	1,69
Informática	55	53	4,49
Gestão / Planejamento Estratégico	332	154	115,97
Outras Despesas C/ Terceiros	-	-	-
Despesas Gerais	176	167	5,30
Depreciações e Amortizações	31	26	21,31
Contingências	-	-	-
Outras Despesas	135	121	11,41
Total	2.277	2.003	13,65

Despesa de Administração dos investimentos: As despesas da administração dos investimentos são cobertas pela rentabilidade das próprias aplicações, descontadas as despesas com administração.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - GESTÃO PREVIDENCIAL



DESPESAS ADMINISTRATIVAS - INVESTIMENTOS



2 - Demonstrativo de Investimento

2013 foi um ano de muita turbulência e instabilidade no mercado. Nossas estratégias tiveram que se adequar às mudanças das tendências, antecipando-as, na medida do possível, e buscando auferir melhores ganhos e mitigar os riscos inerentes à atividade.

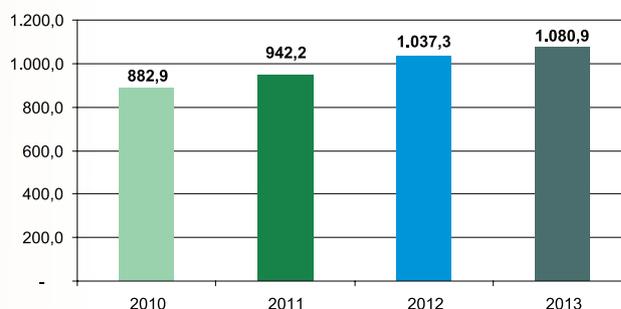
O nosso papel é buscar a maior rentabilidade com risco compatível à segurança adequada ao nosso Fundo de Pensão, e os números nos mostraram que estamos no caminho certo. Segundo a ABRAPP, enquanto a média nacional de rentabilidade do setor foi negativa em 1,94% (ou 4,2%, se excluirmos um determinado Plano da análise), nossa rentabilidade sobre o patrimônio foi positiva em 7,94%, destacando-se entre os melhores desempenhos do ano no segmento de Fundos de Pensão.

Nesse cenário, os recursos de investimentos da Banestes apresentaram, ao final do ano, saldo de R\$ 1,080 bilhões, frente a R\$ 1,037 bilhões observado no final de

2012 – um crescimento de 4,15%.

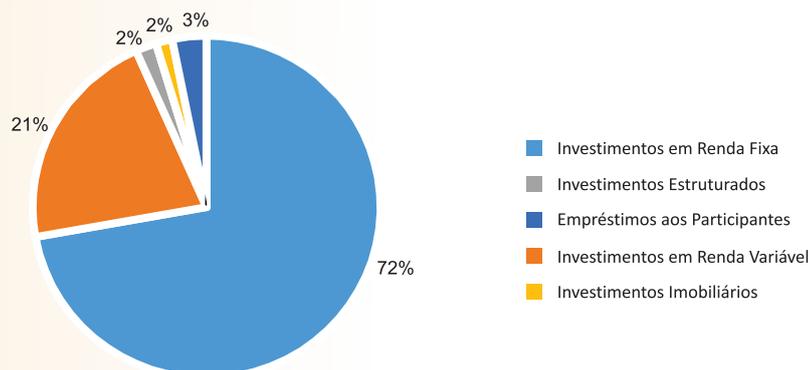
A seguir, apresentamos o gráfico da evolução dos Recursos Garantidores e a distribuição dos investimentos.

Evolução dos Recursos Garantidores
Em milhões (R\$)



RESUMO DOS INVESTIMENTOS			
Discriminação	Posição Contábil		Evolução %
	Dez/13	Dez/12	
INVESTIMENTOS	1.080.901.126,94	1.037.213.232,60	4,21%
Investimentos em Renda Fixa	780.717.515,69	733.357.673,10	6,46%
DPGE	111.849.531,29	97.981.437,76	
Debêntures	-	9.536.632,64	
LFT	85.191.232,62	82.118.160,45	
NTN - C	194.057.093,51	183.430.210,71	
NTN - B	164.007.262,63	169.318.158,26	
Fundos de Investimentos	225.612.395,64	190.973.073,28	
Investimentos em Renda Variável	227.848.947,99	239.512.968,78	-4,87%
Ações Banestes	20.643.060,00	22.164.550,00	
Ações GTD	-	488.422,00	
Provisão GTD (-)	-	(220.964,61)	
OI PN	7.291,29	16.897,92	
EDP ON	11.043.130,05	12.152.307,87	
Bradesco PN	2.024.983,99	2.225.663,11	
Petrobras PN	5.518.838,36	6.307.243,84	
Vale PNA	7.691.550,00	9.604.450,00	
Fundo de Ações	180.732.513,66	186.363.098,12	
Dividendos à Receber	187.580,64	411.300,53	
Investimentos Estruturados	21.117.847,66	12.039.744,85	75,40%
Fundos de Participações	17.491.841,90	9.784.200,16	
Fundo Imobiliário	3.626.005,76	2.255.544,69	
Investimentos Imobiliários	16.610.602,74	16.897.393,41	-1,70%
Empréstimos aos Participantes	34.606.212,86	35.405.452,46	-2,26%

RESUMO DOS INVESTIMENTOS



FUNDOS DE INVESTIMENTOS

FUNDO	CNPJ	Saldo Contábil (R\$)	% do PL do fundo	% dos R.G.R.T	% dos recursos terceir.
Renda Fixa		135.907.776,09		12,57%	31,79%
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	3.842.419,77	2,17%	0,36%	0,90%
BOZANO TOP FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	04.621.721/0001-70	8.549.692,21	3,86%	0,79%	2,00%
BRASIL PLURAL HIGH YIELD FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15.350.679/0001-16	7.731.300,56	1,55%	0,72%	1,81%
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	04.501.865/0001-92	20.283.854,83	0,78%	1,88%	4,75%
HSBC PERFORMANCE INST. FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	10.813.716/0001-61	11.923.620,27	0,79%	1,10%	2,79%
ICATU VANGUARDA FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	07.900.255/0001-50	6.482.132,61	2,35%	0,60%	1,52%
ICATU VANGUARDA REAL FI RENDA FIXA	06.024.347/0001-50	3.841.039,00	4,16%	0,36%	0,90%
JMALUCELLI EXECUTIVO FI RENDA FIXA	03.567.277/0001-99	1.280.416,64	0,67%	0,12%	0,30%
MODAL GAIA INST. RECEBÍVEIS IMOB. FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	15.637.785/0001-85	1.601.206,97	4,00%	0,15%	0,37%
RIO BRAVO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	09.543.255/0001-75	7.359.079,51	4,24%	0,68%	1,72%
SUL AMÉRICA ATIVO FI RENDA FIXA LP	07.381.653/0001-07	2.308.018,06	3,54%	0,21%	0,54%
SUL AMÉRICA EXCELLENCE FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	04.899.128/0001-90	23.599.780,24	2,01%	2,18%	5,52%
VOTORANTIM INFLATION FIC RENDA FIXA	09.344.799/0001-08	11.442.577,24	2,40%	1,06%	2,68%
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	20.525.535,52	1,40%	1,90%	4,80%
XP INVESTOR FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	11.046.179/0001-34	5.137.102,66	5,07%	0,48%	1,20%
Multimercado		89.342.120,94		8,27%	20,90%
ARX TARGET FI MULTIMERCADO	03.369.187/0001-93	8.947.798,73	3,07%	0,83%	2,09%
ARX TARGET PLUS FI MULTIMERCADO	09.051.375/0001-55	9.147.270,60	5,52%	0,85%	2,14%
BRADESCO PLUS I FI MULTIMERCADO	02.998.164/0001-85	3.034.216,94	3,23%	0,28%	0,71%
BRZ MULTI RECEBÍVEIS II FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	15.350.692/0001-75	1.961.554,02	5,00%	0,18%	0,46%
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	14.171.644/0001-57	8.101.331,35	0,57%	0,75%	1,90%
CLARITAS INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	10.705.335/0001-69	6.058.750,20	4,19%	0,56%	1,42%
GAP INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	05.849.317/0001-10	2.434.325,59	3,99%	0,23%	0,57%
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	17.238.796,16	0,79%	1,59%	4,03%
ITAÚ INSTITUCIONAL JUROS E MOEDAS FI MULTIMERCADO	00.973.117/0001-51	9.028.816,41	3,87%	0,84%	2,11%
LACAN EQUILIBRIO INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	07.337.981/0001-06	3.130.375,73	4,13%	0,29%	0,73%
PLURAL CAPITAL INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	11.628.865/0001-13	17.095.199,32	4,20%	1,58%	4,00%
SUL AMÉRICA CRÉDITO ATIVO FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	13.823.084/0001-05	3.163.685,89	3,91%	0,29%	0,74%
Direitos Creditórios		362.498,61		0,03%	0,08%
BRASIL PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS FIDC SÊNIOR	12.940.971/0001-09	362.498,61	4,22%	0,03%	0,08%
Ações		180.732.513,66		16,72%	42,28%
BBM SMID CAPS VALOR FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	12.818.828,84	7,84%	1,19%	3,00%
BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	18.073.555,59	3,10%	1,67%	4,23%
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	11.977.794/0001-64	11.189.711,75	1,47%	1,04%	2,62%
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC AÇÕES	09.290.813/0001-38	17.803.852,67	1,78%	1,65%	4,17%
FRANKLIN TEMPLETON VALOR E FVL FI AÇÕES	02.895.694/0001-06	18.298.286,60	6,13%	1,69%	4,28%
GÁVEA AÇÕES FIC AÇÕES	08.621.010/0001-56	17.471.634,69	6,47%	1,62%	4,09%
GUEPARDO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	08.830.947/0001-31	16.768.472,85	4,09%	1,55%	3,92%
ITAÚ SMALL CAP VALUATION FI AÇÕES	01.063.897/0001-65	16.264.210,83	8,37%	1,50%	3,80%
JMALUCELLI SMALL CAPS FI AÇÕES	09.550.197/0001-07	3.046.992,13	7,26%	0,28%	0,71%
PERFIN INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	10.608.762/0001-29	8.484.582,82	6,64%	0,78%	1,98%
QUEST SMALL CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	12.568.374,63	4,03%	1,16%	2,94%
RIO BRAVO FUNDAMENTAL INSTITUCIONAL FI AÇÕES	11.192.124/0001-32	9.028.185,01	7,26%	0,84%	2,11%
SUL AMÉRICA TOTAL RETURN FI AÇÕES	11.458.144/0001-02	11.481.099,20	5,27%	1,06%	2,69%
XP INVESTOR FI AÇÕES	07.152.170/0001-30	7.434.726,05	4,41%	0,69%	1,74%
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	2.255.544,68		0,22%	0,22%
Participações		17.491.841,90		1,62%	4,09%
RIO BRAVO ENERGIA I - FIP	12.188.161/0001-30	15.072.768,62	2,74%	1,39%	3,53%
BTG PACTUAL INFRA-ESTRUTURA FIP	14.584.094/0001-06	729.700,54	1,06%	0,07%	0,17%
LACAN FLORESTAL FIP	13.812.224/0001-40	1.034.908,08	2,80%	0,10%	0,24%
MELLON GTD FIP	18.073.282/0001-12	654.464,66	1,66%	0,06%	0,15%
Imobiliários		3.626.005,76		0,34%	0,85%
CLÁRITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	3.626.005,76	3,33%	0,34%	0,85%
Total		389.375.916,23		37,54%	37,54%

Cumprindo os limites estabelecidos na Legislação e na Política de Investimentos, os nossos investimentos apresentaram no fim do exercício de 2013 a composição abaixo:

Acompanhe o Resumo Explicativo para cada Investimento:

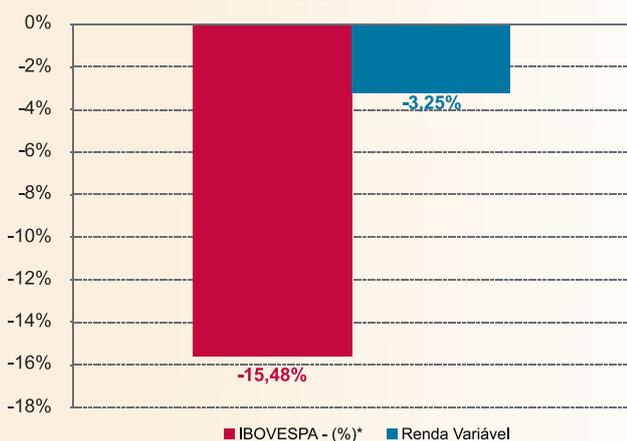
Renda Fixa

As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2013, o saldo de R\$ 780,7 milhões, apresentando, assim, uma evolução de 6,46% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2012. Este segmento é composto por títulos públicos federais (LFTs, NTN-Bs e NTN-Cs), DPGEs e Fundos de Investimentos que respondem por 72,23% da carteira de investimentos. A rentabilidade anual dessas aplicações, medida pela TIR, foi de 10,25%, representando 124% do Selic apurado no ano.

Renda Variável

Os recursos aplicados em renda variável totalizaram R\$ 227,8 milhões, representando 21,08% da carteira de investimentos da BANESES. A carteira foi composta por ações Banestes, Oi, Energias do Brasil, Bradesco, Petrobras e Vale. Também completam a carteira de renda variável os Fundos de Investimentos em Ações. A rentabilidade apurada nesta carteira, no ano, ficou em -3,25%, enquanto que o Ibovespa apresentou uma variação de -15,48% e o índice de referência IBX foi de -3,14%.

Rentabilidade de Renda Variável versus IBOVESPA 2013



Investimentos Estruturados

A carteira de investimentos estruturados iniciou o ano de 2013 com o montante de R\$ 12 milhões, e apresentou, no exercício findo, o saldo de R\$ 21 milhões. Esse aumento foi devido as chamadas de capital dos fundos presentes em carteira que foram realizadas no decorrer do ano. Todos os fundos em carteira buscam rentabilidade alvo de IPCA + juros de 9% a 10% ao ano.

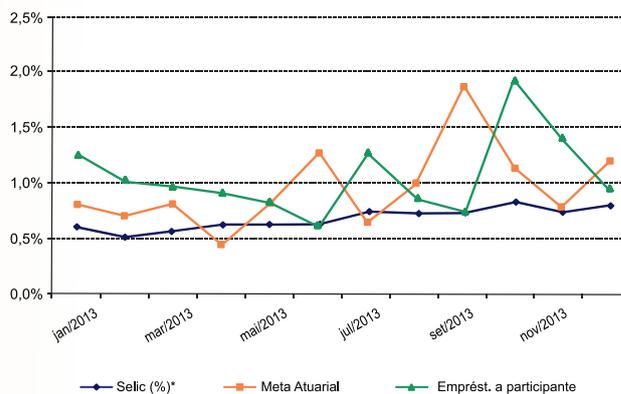
Imóveis

O saldo da carteira de investimentos em imóveis totalizou R\$ 16,6 milhões, representando 1,54% dos investimentos da BANESES e alcançou o rendimento anual de 10%, equivalente a 121,7% do Selic.

Empréstimo a Participantes

O saldo de empréstimos a participantes apresentado ao final do ano de 2013 foi de R\$ 34,6 milhões, composto por 2.112 contratos ativos, equivalente a 3,20% dos investimentos da Baneses. A rentabilidade apresentada pelo segmento de empréstimos foi de 13,2%, equivalente a 161,7% do Selic e 112,3% da Meta Atuarial.

Rentabilidade dos Empréstimos, Meta Atuarial e Selic



Contrato para Cobertura do Passivo Atuarial

O contrato para cobertura do passivo atuarial, firmado com o Governo do Estado no ano de 1998, por ocasião do processo de saneamento do Banestes S/A, cuja remuneração é IGP-DI + 6,00% a.a. (equivalente à Meta Atuarial), apresentou, ao final do exercício de 2013, um saldo de R\$ 200.207.273,70.

3 - Programa de Investimentos

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS

CONSOLIDADO				
Segmento	Posição Contábil / Participação (%)			
	dez/12	(%)	dez/13	(%)
Renda Fixa	733.357.673,10	70,70%	780.717.515,69	72,23%
Renda Variável	239.512.968,78	23,09%	227.848.947,99	21,08%
Investimentos Estruturados	12.039.744,85	1,16%	21.117.847,66	1,95%
Investimentos Imobiliários	16.897.393,41	1,63%	16.610.602,74	1,54%
Empréstimos aos Participantes	35.405.452,46	3,41%	34.606.212,86	3,20%
Total dos Investimentos	1.037.213.232,60	100,00%	1.080.901.126,94	100,00%

PLANO DE BENEFÍCIOS				
Segmento	Posição Contábil / Participação (%)			
	dez/12	(%)	dez/13	(%)
Renda Fixa	718.337.097,59	70,27%	766.100.444,79	71,85%
Renda Variável	239.512.968,78	23,43%	227.848.947,99	21,37%
Investimentos Estruturados	12.039.744,85	1,18%	21.117.847,66	1,98%
Investimentos Imobiliários	16.897.393,41	1,65%	16.610.602,74	1,56%
Empréstimos aos Participantes	35.405.452,46	3,46%	34.606.212,86	3,25%
Total dos Investimentos	1.022.192.657,09	100,00%	1.066.284.056,04	100,00%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA				
Segmento	Posição Contábil / Participação (%)			
	dez/12	(%)	dez/13	(%)
Renda Fixa	15.020.575,51	100,00%	14.617.070,90	100,00%
Total dos Investimentos	15.020.575,51	100,00%	14.617.070,90	100,00%

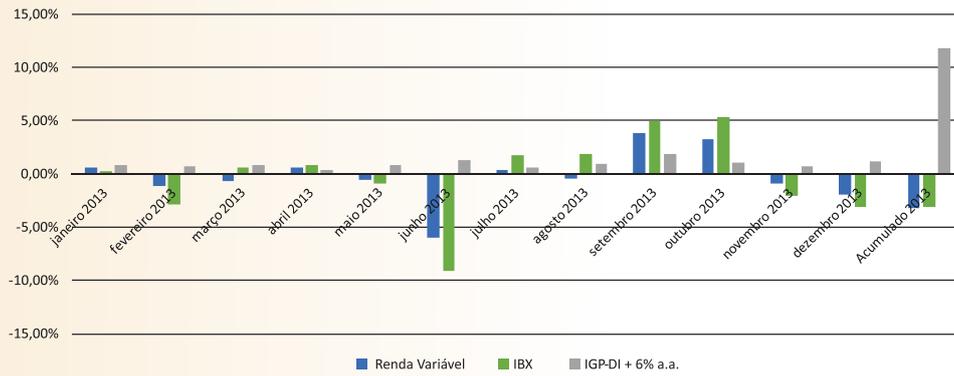
DEMONSTRATIVOS ÍNDICE DA RENTABILIDADE

RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PLANO DE BENEFÍCIOS													
Segmento	Jan 2013	Fev 2013	Mar 2013	Abr 2013	Mai 2013	Jun 2013	Jul 2013	Ago 2013	Set 2013	Out 2013	Nov 2013	Dez 2013	Acumulado 2013
Renda Fixa	1,01%	0,72%	0,75%	0,95%	0,58%	0,66%	0,75%	0,52%	1,03%	1,06%	0,78%	1,00%	10,25%
Renda Variável	0,65%	-1,16%	-0,72%	0,61%	-0,52%	-5,94%	0,36%	-0,47%	3,81%	3,31%	-0,90%	-1,98%	-3,25%
Estruturados	-2,92%	-0,02%	-0,03%	-0,10%	-0,12%	1,43%	-0,05%	0,03%	0,70%	0,82%	-0,28%	1,13%	0,52%
Imóveis	0,77%	0,79%	0,79%	0,87%	0,84%	0,75%	0,76%	0,77%	0,76%	0,81%	0,81%	0,85%	10,00%
Empréstimos	1,25%	1,00%	0,95%	0,90%	0,81%	0,59%	1,26%	0,84%	0,73%	1,92%	1,38%	0,92%	13,29%
Plano de Benefícios	1,01%	0,36%	0,46%	0,85%	0,34%	-0,66%	0,82%	0,38%	1,58%	1,72%	0,55%	0,27%	7,94%

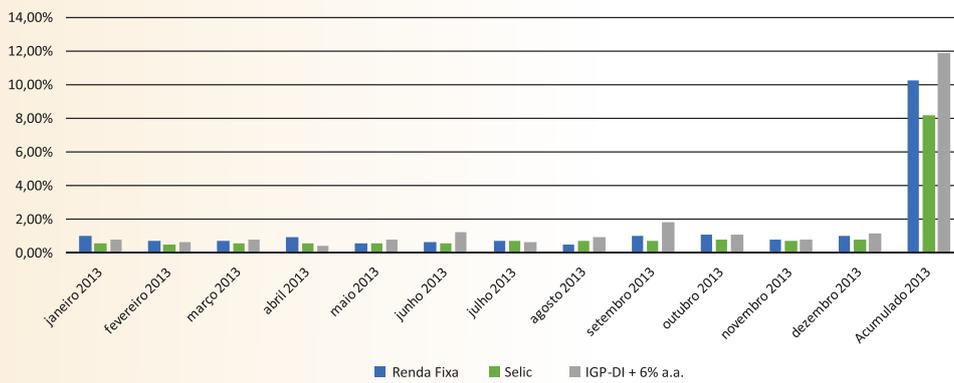
RENTABILIDADE LÍQUIDA DO PGA													
Segmento	Jan 2013	Fev 2013	Mar 2013	Abr 2013	Mai 2013	Jun 2013	Jul 2013	Ago 2013	Set 2013	Out 2013	Nov 2013	Dez 2013	Acumulado
Renda Fixa	0,65%	0,43%	0,50%	0,63%	0,54%	0,46%	0,61%	0,51%	0,62%	0,77%	0,42%	0,72%	7,08%
Plano de Gestão Administrativa	0,65%	0,43%	0,50%	0,63%	0,54%	0,46%	0,61%	0,51%	0,62%	0,77%	0,42%	0,72%	7,08%

ÍNDICES DE REFERÊNCIA													
Segmento	Jan 2013	Fev 2013	Mar 2013	Abr 2013	Mai 2013	Jun 2013	Jul 2013	Ago 2013	Set 2013	Out 2013	Nov 2013	Dez 2013	Acumulado
Selic	0,60%	0,49%	0,55%	0,61%	0,60%	0,61%	0,72%	0,71%	0,71%	0,81%	0,72%	0,79%	8,22%
IBX	0,23%	-2,89%	0,64%	0,78%	-0,88%	-9,07%	1,74%	1,87%	4,98%	5,36%	-2,02%	-3,08%	-3,14%
IGP-DI + 6% a.a.	0,80%	0,69%	0,80%	0,43%	0,81%	1,25%	0,63%	0,95%	1,85%	1,12%	0,77%	1,18%	11,86%

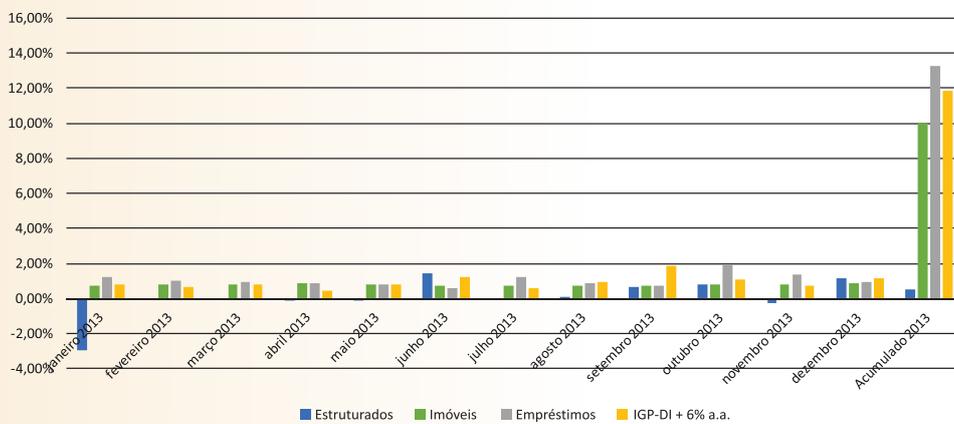
Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Renda Variável



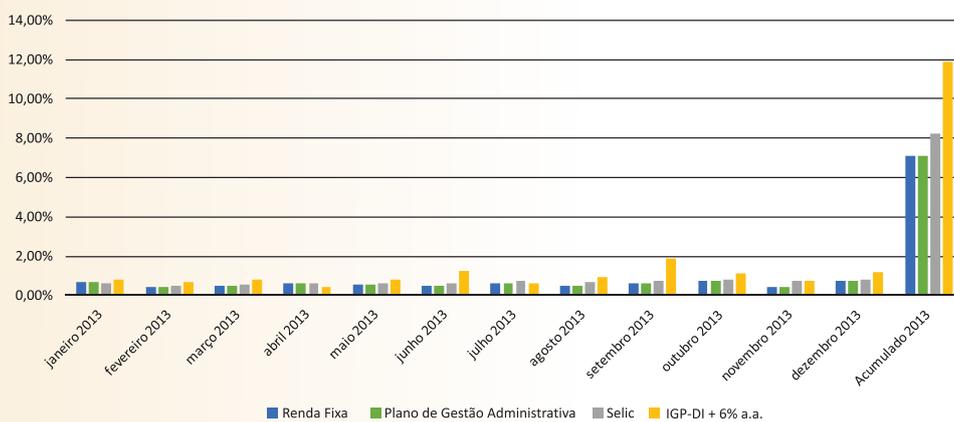
Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Renda Fixa



Rentabilidade Plano de Benefícios - Comparativo Índices de Referência



Rentabilidade PGA - Comparativo Índices de Referência



LIMITES OPERACIONAIS - BASE: Resolução CMN nº 3.792 de 24.09.2009.

(posição com base no fechamento de dezembro de 2013)

- PATRIMÔNIO DA BANESES	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0.....	1.294.357.457,70
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0.....	(2.212.556,78)
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0.....	(9.424.235,84)
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	1.282.720.665,08
- TOTAL DE INVESTIMENTOS.....	1.080.901.126,94
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar.....	37.609,65
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT).....	1.080.938.736,59

Segmentos	Enquadramento	Limite (% dos RGRT)	Alocação	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,0%	778.499.784,76	72,02%	60,69%
Títulos Federais	OK	100,0%	486.609.946,74	45,02%	37,94%
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,0%	85.191.232,62	7,88%	6,64%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,0%	358.064.356,14	33,13%	27,91%
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,0%	43.354.357,98	4,01%	3,38%
Ativos de Renda Fixa	OK	80,0%	155.982.061,91	14,43%	12,16%
Debêntures - Carteira Própria	OK	80,0%	0,00	0,00%	0,00%
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,0%	11.570.088,36	1,07%	0,90%
CDB	OK	20,0%	0,00	0,00%	0,00%
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0%	1.479.034,32	0,14%	0,12%
CRI - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0%	10.538,89	0,00%	0,00%
DPGE - Depósito à Prazo com Garantia Especial	OK	20,0%	111.849.531,29	10,35%	8,72%
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,0%	29.007.727,88	2,68%	2,26%
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,0%	2.065.141,17	0,19%	0,16%
FIDC - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,0%	1.702.642,56	0,16%	0,13%
FIDC Plural Capital Fornecedores Petrobrás	OK	10,0%	362.498,61	0,03%	0,03%
Fundos de Investimentos Financeiros	OK	100,0%	135.907.776,10	12,57%	10,60%
FI Crédito Privado	OK	100,0%	113.193.305,31	10,47%	8,82%
FI Renda Fixa	OK	20,0%	22.714.470,79	2,10%	1,77%
ESTRUTURADO	OK	20,0%	21.117.847,65	1,95%	1,65%
Fundos de Investimentos Imobiliários	OK	10,0%	3.626.005,76	0,34%	0,28%
Claritas Logística FII	OK	10,0%	3.626.005,76	0,34%	0,28%
Fundos de Investimentos em Participações	OK	10,0%	17.491.841,89	1,62%	1,36%
BTG Pactual Infraestrutura II FIC FIP	OK	10,0%	729.700,53	0,07%	0,06%
Bny Mellon GTD FIP	OK	10,0%	654.464,66	0,06%	0,05%
Lacan Florestal FIP	OK	10,0%	1.034.908,08	0,10%	0,08%
Rio Bravo Energia I FIP	OK	10,0%	15.072.768,62	1,39%	1,18%
RENDA VARIÁVEL	OK	70,0%	230.064.423,96	21,28%	17,94%
Ações BANESTES	OK	10,0%	20.643.060,00	1,91%	1,61%
ON	OK	10,0%	11.852.000,00	1,10%	0,92%
PN	OK	10,0%	8.791.060,00	0,81%	0,69%
OI PN	OK	10,0%	7.291,29	0,00%	0,00%
ENBR ON	OK	10,0%	11.043.130,05	1,02%	0,86%
BRADESCO PN	OK	10,0%	2.024.983,99	0,19%	0,16%
PETROBRAS PN	OK	10,0%	5.518.838,36	0,51%	0,43%
VALE PNA	OK	10,0%	7.691.550,00	0,71%	0,60%
FUNDOS DE AÇÕES	OK	35,0%	180.732.513,66	16,72%	14,09%
Ações/Opções - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	35,0%	2.215.475,97	0,20%	0,17%
Dividendos à Receber			187.580,64	0,02%	0,01%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	OK	10,0%	2.254,97	0,00%	0,00%
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,0%	2.254,97	0,00%	0,00%
IMÓVEIS	OK	8,0%	16.610.602,74	1,54%	1,29%
Máx. 8,00 %	OK	8,0%	16.610.602,74	1,54%	1,29%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,0%	34.606.212,86	3,20%	2,70%
Empréstimos	OK	15,0%	34.606.212,86	3,20%	2,70%
TOTAL	-	-	1.080.901.126,94	-	84,27%
OPERAÇÕES COM O BANESTES	OK	10,0%	20.643.060,00	1,91%	1,61%
Ações BANESTES	OK	10,0%	20.643.060,00	1,91%	1,61%

OBSERVAÇÕES:

01 - As aplicações em Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais foram abertas e classificadas de acordo com a resolução 3.792;

02 - Os critérios adotados para a classificação dos ativos incluídos nas carteiras de Fundos Multimercados Institucionais estão destacados no Relatório Gerencial;

03 - As aplicações indiretas em Ações e Derivativos, via Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais, foram classificadas no segmento de Renda Variável;

04 - As diferenças percentuais observadas no quadro acima em relação à composição da carteira, são decorrentes de adequações aos critérios estabelecidos na resolução 3.792.

4 - Informações referentes à Política de Investimentos

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, Art. 5º, subitem IV, apresentamos, a seguir, informações resumidas sobre a política de Investimentos do Plano de Benefícios e a do Plano de Gestão Administrativa referentes o período entre 1º de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2018.

4.1 - Plano de Benefícios

Principais características do Plano:

Tipo: Contribuição Variável (CV)

Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB): 1998001229

Meta de Rentabilidade: IGP-DI + 5,75% ao ano

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Fernando Valli Cardoso

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB): Deosdete José Lorenção

Período de Referência: Janeiro de 2014 a Dezembro de 2014

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a BANESES poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	65,7%	30%	100%
Renda Variável	70%	26,4%	0%	40%
Investimentos Estruturados	20%	3,1%	0%	10%
Investimentos no Exterior	10%	0,0%	0%	1%
Imóveis	8%	1,6%	0%	4%
Operações com Participantes	15%	3,3%	0%	15%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.
Investimentos Estruturados	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 8,5% a.a.
Investimentos no Exterior	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.
Imóveis	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 6% a.a.
Operações com Participantes	IGP-DI + 5,75% a.a.	IGP-DI + 8,1% a.a.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários de um mesmo emissor - conforme estabelecido pelo §1º, art. 41, de resolução CMN nº 3.792 - devem respeitar os seguintes limites:

ALOCAÇÃO POR EMISSOR (% DOS RGRT)	
Emissor	PI Baneses
Companhias com controle majoritário do Governo Federal	10%
Patrocinador do plano de benefícios	10%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	5%
Tesouro estadual ou municipal	5%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	5%
Organismo multilateral	5%
Companhia securitizadora	5%

Os investimentos com volume financeiro até 2% (dois por cento) dos recursos garantidores, acumulado a cada mês por modalidade de investimentos, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela a seguir:

LIMITES DE ALÇADA	
Carteira Própria	Órgão Competente
Títulos públicos federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos públicos federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Parcerias Público-Privadas	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

LIMITES DE ALÇADA	
Fundos de Investimento	Órgão Competente
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado não-Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos Imobiliários	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos Exclusivos	Conselho Deliberativo
Fundos de Participações	Conselho Deliberativo

A gestão dos Fundos de Investimentos em Ações (FIA) deverá seguir os critérios definidos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, em seus respectivos processos de execução, baseada na metodologia de otimização de carteiras e seguindo os limites objetivo para aplicações e resgates, conforme as barreiras superiores e inferiores definidas. As movimentações deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme limites de alçadas definidos por esta Política de Investimentos.

No que tange à organização de seus investimentos, baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a BANESES adota a estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. A tabela a seguir apresenta a estrutura de mandatos adotada, com seus respectivos *benchmarks*.

MANDATOS	
Mandato	Benchmark
Carteira Renda Fixa	IGP-DI + 5,75% a.a
Carteira Renda Variável	IBrX
Fundos de Renda Fixa	SELIC
Fundos Renda Fixa Índices	IMA-B
Fundos Ibovespa	Ibovespa
Fundos IBr-X	IBrX
Fundos de Ações de Estratégia Diferenciada	IBrX
Multimercado não Institucional	IFM
Multimercado Institucional	IFM-I

GESTÃO DOS RECURSOS
Tipo de Administração dos Recursos: Mista (interna e externa) Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos: Semestral
Critérios de Contratação de Gestores: Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.
Nas ocasiões em que a BANESES alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela BANESES.
A BANESES faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da BANESES, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da BANESES.

A BANESES monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

Risco de Mercado	Risco de Mercado depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.
Risco de Liquidez	Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.
Risco de Crédito	Risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.
Risco Legal	Risco legal está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.
Risco Operacional	Risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

APROVAÇÃO DA POLÍTICA PELO CONSELHO DELIBERATIVO

Data: 27 de dezembro de 2013
Ata CD: Livro 40 / Página 24.

4.2 - Plano de Gestão Administrativa

Principais características do Plano:

Período de Referência: Janeiro de 2014 a Dezembro de 2014

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a BANESES poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	100%	90%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	10%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.

Os investimentos com volume financeiro até 20% (vinte por cento) dos recursos do PGA, acumulado a cada mês por modalidade de investimento, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

LIMITES DE ALÇADA	
Modalidade	Órgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

GESTÃO DOS RECURSOS
Tipo de Administração dos Recursos: Mista (interna e externa) Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos: Semestral
Crítérios de Contratação de Gestores: Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.
Nas ocasiões em que a BANESES alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela BANESES.
A BANESES faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da BANESES, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da BANESES.

A BANESES monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

Risco de Mercado	Risco de Mercado depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.
Risco de Liquidez	Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.
Risco de Crédito	Risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.
Risco Legal	Risco legal está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.
Risco Operacional	Risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

APROVAÇÃO DA POLÍTICA PELO CONSELHO DELIBERATIVO

Data: 27 de dezembro de 2013
Ata CD: Livro 40 / Página 24.

5 - Demonstração Patrimonial e Notas Explicativas

(R\$ mil)

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
DISPONÍVEL	59	137	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.213	2.374
REALIZÁVEL	1.292.842	1.268.796	Gestão Previdencial	1.571	1.716
Gestão Previdencial	211.705	231.366	Gestão Administrativa	621	634
Gestão Administrativa	236	217	Investimentos	21	24
Investimentos	1.080.901	1.037.213	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9.424	7.406
Títulos Públicos	443.256	434.867	Gestão Previdencial	9.424	7.406
Créditos Privados e Depósitos	111.849	107.518	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.282.720	1.260.818
Ações	47.116	53.150	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.262.833	1.240.580
Fundos de Investimentos	427.463	389.376	Provisões Matemáticas	1.288.374	1.229.134
Investimentos Imobiliários	16.611	16.897	Benefícios Concedidos	886.821	857.008
Empréstimos	34.606	35.405	Benefícios a Conceder	401.553	372.126
PERMANENTE	1.456	1.665	Equilíbrio Técnico	(25.541)	11.446
Imobilizado	318	270	Resultados Realizados	(25.541)	11.446
Intangível	1.138	1.395	Superávit Técnico Acumulado	-	11.446
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(25.541)	-
			Fundos	19.887	20.238
			Fundos Previdenciais	4.190	3.851
			Fundos Administrativos	15.697	16.387
TOTAL DO ATIVO	1.294.357	1.270.598	TOTAL DO PASSIVO	1.294.357	1.270.598

(R\$ mil)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.260.818	1.178.038	7,03
1. Adições	129.545	185.374	(30,12)
(+) Contribuições Previdenciais	52.247	56.339	(7,26)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	72.203	123.408	(41,49)
(+) Receitas Administrativas	4.031	4.322	(6,73)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.064	1.305	(18,47)
2. Destinações	(107.643)	(102.594)	4,92
(-) Benefícios	(99.689)	(96.213)	3,61
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.169)	(1.337)	62,23
(-) Despesas Administrativas	(5.785)	(5.044)	14,69
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	21.902	82.780	(73,54)
(+/-) Provisões Matemáticas	59.240	86.417	(31,45)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(36.987)	(4.651)	695,25
(+/-) Fundos Previdenciais	339	431	(21,35)
(+/-) Fundos Administrativos	(690)	583	(218,35)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.282.720	1.260.818	1,74

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.278.040	1.253.577	1,95
1. Provisões Matemáticas	1.288.374	1.229.134	4,82
1.1 Benefícios Concedidos	886.821	857.008	3,48
Benefício Definido	886.821	857.008	3,48
1.2 Benefícios a Conceder	401.553	372.126	7,91
Contribuição Definida	357.930	333.993	7,17
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	156.037	146.059	6,83
Saldo de Contas - parcela participantes	201.893	187.934	7,43
Benefício Definido	43.623	38.133	14,40
2. Equilíbrio Técnico	(25.541)	11.446	(323,14)
2.1. Resultados Realizados	(25.541)	11.446	(323,14)
Superávit técnico acumulado	-	11.446	(100,00)
Reserva de contingência	-	11.446	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(25.541)	-	-
3. Fundos	4.190	3.851	8,80
3.1. Fundos Previdenciais	4.190	3.851	8,80
4. Exigível Operacional	1.592	1.740	(8,47)
4.1. Gestão Previdencial	1.571	1.716	(8,44)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	21	24	(10,94)
5. Exigível Contingencial	9.424	7.406	27,26
5.1. Gestão Previdencial	9.424	7.406	27,26

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	16.387	15.804	3,69
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.095	5.627	(9,45)
1.1 Receitas	5.095	5.627	(9,45)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.754	1.625	7,94
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.277	2.003	13,68
Resultado Positivo dos Investimentos	1.064	1.305	(18,47)
Outras Receitas	-	694	-
2. Despesas Administrativas	5.785	5.044	14,69
2.1 Administração Previdencial	3.508	3.041	15,36
Pessoal e encargos	2.019	1.904	6,04
Treinamentos/congressos e seminários	23	22	4,55
Viagens e estadias	40	32	25,00
Serviços de terceiros	605	568	6,51
Despesas gerais	289	294	(1,70)
Depreciações e amortizações	330	39	746,15
Outras despesas	202	182	10,99
2.2 Administração dos Investimentos	2.277	2.003	13,68
Pessoal e encargos	1.421	1.345	5,65
Treinamentos/congressos e seminários	21	22	(4,55)
Viagens e estadias	35	34	2,94
Serviços de terceiros	458	287	58,58
Despesas gerais	176	168	7,76
Depreciações e amortizações	31	26	19,23
Outras despesas	135	121	11,57
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(690)	583	(218,35)
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(690)	583	(218,35)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	15.697	16.387	(4,21)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.244.431	1.162.234	7,07
1. Adições	126.204	181.372	(30,42)
(+) Contribuições	54.001	57.964	(6,84)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	72.203	123.408	(41,49)
2. Destinações	(103.612)	(99.175)	4,47
(-) Benefícios	(99.689)	(96.213)	3,61
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.169)	(1.337)	62,23
(-) Custeio Administrativo	(1.754)	(1.625)	7,94
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	22.592	82.197	(72,51)
(+/-) Provisões Matemáticas	59.240	86.417	(31,45)
(+/-) Fundos Previdenciais	339	431	(21,35)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(36.987)	(4.651)	695,25
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.267.023	1.244.431	1,82
C) Fundos não previdenciais	15.697	16.387	(4,21)
(+/-) Fundos Administrativos	15.697	16.387	(4,21)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	1.293.736	1.269.964	1,87
Disponível	50	18	177,78
Recebível	227.402	247.753	(8,21)
Investimento	1.066.284	1.022.193	4,31
Títulos Públicos	429.560	421.129	2,00
Créditos Privados e Depósitos	111.850	107.518	4,03
Ações	47.116	53.150	(11,35)
Fundos de Investimento	426.541	388.094	9,91
Investimentos Imobiliários	16.611	16.897	(1,69)
Empréstimos	34.606	35.405	(2,26)
2. Obrigações	11.016	9.146	20,45
Operacional	1.592	1.740	(8,51)
Contingencial	9.424	7.406	27,25
3. Fundos não Previdenciais	15.697	16.387	(4,21)
Fundos Administrativos	15.697	16.387	(4,21)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.267.023	1.244.431	1,82
Provisões Matemáticas	1.288.374	1.229.134	4,82
Superávit/Déficit Técnico	(25.541)	11.446	(323,14)
Fundos Previdenciais	4.190	3.851	8,80

Jussara Gonçalves Vieira
Diretora Superintendente
CPF: 474.853.707-82

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

Deosdete José Lorenção
Diretor de Seguridade
CPF: 148.583.557-72

Neusimar Nunes Gobbi
Contadora CRC N° ES 7791-0/5
CPF: 621.678.987-20

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES é entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores, o BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros LTDA, Banestes Clube de Seguros e a Fundação Banestes. A BANESES segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a BANESES tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes e Assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

À partir de 01/05/1998, a BANESES implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitindo que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os participantes do Plano I (Ativos e Assistidos) optaram pela adesão ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos participantes ativos e das patrocinadoras, em alíquotas a partir de 3%, incidentes sobre as remunerações recebidas pelos participantes. A contribuição normal das patrocinadoras é paritária às contribuições dos participantes, limitada à contribuição de 7%. O Plano II é custeado também através de contribuições mensais dos assistidos, incidentes sobre o valor dos benefícios originados das reservas constituídas no Plano I, em alíquotas progressivas de acordo com a tabela atualizada em setembro de cada ano, com percentual mínimo de 10% (não aplicado para os benefícios de pensão e invalidez).

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, por meio da Portaria nº 602 publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou alterações do regulamento do Plano II de Aposentadoria proposta pela Administração da BANESES. Com essa aprovação, a partir do dia 30/10/2013, o Plano II de Aposentadoria da BANESES está fechado para a adesão de novos participantes.

O Conselho Deliberativo aprovou em 2013, a instituição de novo plano de aposentadoria - Plano III de Aposentadoria - para os novos participantes da BANESES na modalidade Contribuição Definida em fase de desenvolvimento para implementação no próximo exercício.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2013 e 2012 foram

elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e pelas práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observado a gestão previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 NBC TG 26.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva da BANESES ocorreu em 21.02.2014.

2.1 Consolidação das Demonstrações:

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da BANESES foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	Plano	Plano Consolidado
Gestão administrativa - participação no PGA	15.697	(15.697)
Total do ativo	15.697	(15.697)
Fundo - Participação no fundo administrativo	(15.697)	15.697
Total do passivo	(15.697)	15.697

2.2 Reclassificações:

Com a publicação da Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, foi alterado o item VII do Anexo B da Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011 havendo a necessidade de reclassificação das rubricas e os principais saldos do demonstrativo em 31 de dezembro de 2012, para fins de comparabilidade:

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO II DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2012 - RECLASSIFICAÇÃO
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.253.577
1. Provisões Matemáticas	1.229.134
1.1 Benefícios Concedidos	857.008
Benefício Definido	857.008
1.2 Benefícios a Conceder	372.126
Contribuição Definida	333.993
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	146.059
Saldo de Contas - Parcela Participantes	187.934
Benefício Definido	38.133
2. Equilíbrio Técnico	11.446
2.1. Resultados Realizados	11.446
Superávit Técnico Acumulado	11.446
Reserva de Contingência	11.446
3. Fundos	3.851
3.1. Fundos Previdenciais	3.851
4. Exigível Operacional	1.740
4.1. Gestão Previdencial	1.716
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	24
5. Exigível Contingencial	7.406
5.1. Gestão Previdencial	7.406

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

a) Realizável Gestão Previdencial: registra, principalmente, o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a Fundação Banestes de Seguridade Social, dentro do processo de saneamento do BANESTES S/A, conforme contrato firmado em 29.06.98, no valor histórico de R\$ 147 milhões, com amortização em 240 (duzentos e quarenta) meses atualizados pela TR + 8% (oito por cento) a.a. até 30.12.02 e, por força de aditivo contratual, IGP-DI + 6% a.a. a partir de 31.12.02. O saldo devedor dessa operação em 31.12.13 é de R\$ 200.207 (R\$ 222.157 em 31.12.12).

b) Realizável Gestão Administrativa: em conformidade com a Resolução CGPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

Realizável Gestão Administrativa	Exercício 2013	Exercício 2012
Gestão Administrativa	236	217
Contas a Receber	18	215
Despesas Antecipadas	2	2
Outros Realizáveis	216	-

c) Realizável Investimentos:

Renda Fixa: representa as aplicações com rendas de-

finidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Os títulos para negociação são avaliados a valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento são atualizados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

Renda Variável: representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e demais taxas e foram avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor.

A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

Operações com Participantes: representam os empréstimos concedidos aos participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de 0,65% a.m. Os empréstimos se sujeitam ainda ao IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

d) Permanente

Imobilizado: está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Banestes são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

● Móveis e Utensílios	10,00% a. a.
● Máquinas e Equipamentos	10,00% a. a.
● Sistemas de Comunicação	10,00% a. a.
● Computadores e Periféricos	20,00% a. a.
● Sistemas Computacionais	20,00% a. a.

Intangível: sistema de benefícios próprio, desenvolvido pela Baneses e concluído em dezembro de 2012. Contabilizado no Ativo Permanente – Intangível – Desenvolvimento, com saldo em 31/12/2013 no montante de R\$ 1.138 (R\$ 1.395 em 2012).

e) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- ▶ 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- ▶ 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- ▶ 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- ▶ 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

f) Ativos Contingentes

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.180, de 04 de agosto de 2009 e pronunciamentos Contábeis –CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada de benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da BANESES em 31 de dezembro de 2013:

Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A BANESES, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989 acrescentado pela Lei nº 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177 de 04 de março de 1991, art. 38, os saldos das OFND s seriam reajustados pela Taxa Referencial –TR.

A BANESES é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o

refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011 no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da BANESES. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a BANESES não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução). Em 14 de outubro de 2011 a PREVIC encaminhou Ofício nº 4.621/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.

g) Exigível Operacional: registram as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas. Registra as obrigações fiscais, a constituição da provisão sobre o 13º salário dos assistidos e dos empregados, sendo o ajuste efetuado no encerramento de cada exercício.

h) Exigível Contingencial: é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e remota. Quando a expectativa de perda é remota não é constituída provisão, quando é possível são evidenciadas em nota explicativa, e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

i) Provisões Matemáticas: determinadas de acordo com a Nota Técnica Atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base no Plano de Benefícios.

j) Fundos: são constituídos de acordo com os seguintes critérios:

Fundo Previdencial: o saldo existente no Fundo Previdencial refere-se à provisão de valores decorrentes de recálculos de reservas individuais de benefícios concedidos, havidos por força do cancelamento de aposentadoria, cujos processos ainda aguardam decisão definitiva.

Fundo Administrativo: a entidade constitui Fundo Administrativo próprio, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Baneses, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

As mutações do exercício foram:

Discriminação	Fundo Previdencial	Fundo Administrativo	Total
Saldos em 31/12/2012	3.851	16.387	20.238
Formação / Reversão de Fundos	339	(690)	(351)
Saldos em 31/12/2013	4.190	15.697	19.887

k) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas:

As adições e deduções, receitas e despesas, as

rendas/variações positivas e deduções/variações negativas são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações são reconhecidas após publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas das empresas investidas.

4 -INVESTIMENTOS

Em 31/12/2013 e em 31/12/2012 a BANESES possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas:

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	Exercício 2013	Exercício 2012
Títulos Públicos Federais	443.256	434.867
Notas do Tesouro Nacional	358.065	352.748
Letras Financeiras do Tesouro	85.191	82.119
Créditos Privados e Depósitos	111.849	107.518
Instituições Financeiras	111.849	97.981
Companhias Abertas	-	9.537
Ações	47.116	53.150
Instituições Financeiras	2.051	2.263
Companhias Abertas	24.320	28.615
Patrocinadores	20.745	22.272
Fundos de Investimentos	427.463	389.376
Renda Fixa	135.907	119.593
Ações Mercado a Vista	180.733	186.363
Multimercado	89.343	62.479
Direitos Creditórios	362	8.901
Participações	17.492	9.784
Imobiliário	3.626	2.256
Investimentos Imobiliários	16.611	16.897
Edificações para Uso Próprio	508	516
Edificações Locadas ao Patrocinador	15.601	15.881
Edificações para Renda	312	323
Aluguéis a Receber	190	175
Alienação de Imóveis	-	-
Empréstimos	34.606	35.405
Empréstimos	34.606	35.405
Total dos Recursos	1.080.901	1.037.213

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

a) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;

b) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” em virtude da capacidade financeira da Baneses.

Os títulos classificados no item (a) são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração de resultados. Os títulos classificados no item (b) são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os títulos estavam assim classificados:

Títulos para Negociação	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
	2013			2012		
Renda Fixa						
Fundos de Investimentos	214.567	225.612	225.612	171.857	190.973	190.973
Direitos Creditórios ¹	8.439	362	362	8.439	8.901	8.901
Multimercado	75.916	89.342	89.342	59.598	62.479	62.479
Renda Fixa	130.211	135.908	135.908	103.821	119.593	119.593
Acima de 360 dias	70.287	83.493	83.493	71.281	78.202	78.202
LFT	70.287	83.493	83.493	71.281	78.202	78.202
Total - Renda Fixa	284.854	309.105	309.105	243.138	269.175	269.175
Renda Variável						
Fundos de Investimentos	175.324	180.733	180.733	164.230	186.363	186.363
Ações - FIAs	175.324	180.733	180.733	164.230	186.363	186.363
Ações	54.014	46.929	46.929	56.381	52.739	52.960
Ações Banestes	20.498	20.643	20.643	20.641	22.165	22.165
Ações OI S.A. ²	10	7	7	10	17	17
Ações GTD ³	-	-	-	2.220	488	488
(-) Provisão GTD	-	-	-	-	(221)	-
Ações EDP - Energias do Brasil	5.621	11.043	11.043	5.624	12.152	12.152
Ações Bradesco	1.996	2.025	2.025	1.996	2.226	2.226
Ações Petrobras	14.174	5.519	5.519	14.175	6.307	6.307
Ações Vale	11.716	7.692	7.692	11.715	9.604	9.604
Total - Renda Variável	229.338	227.661	227.661	220.611	239.102	239.323
Investimentos Estruturados						
Total de Fundos de Participação	17.294	17.492	17.492	9.723	9.784	9.784
Total de Fundos Imobiliário	3.300	3.626	3.626	2.200	2.256	2.256
Total - Investimentos Estruturados	20.594	21.118	21.118	11.923	12.040	12.040
Títulos para Negociação - Total	534.786	557.884	557.884	475.672	520.316	520.537

Títulos Mantidos até o Vencimento	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado ⁴	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
	2013			2012		
Renda Fixa						
De 01 a 180 dias	-	-	-	42.510	58.243	60.038
NTN-B	-	-	-	42.510	58.243	60.038
De 181 a 360 dias	24.579	29.494	31.674	9.571	9.537	9.532
DPGE Modal	5.000	9.129	11.417	-	-	-
DPGE BMG	10.000	18.666	18.770	-	-	-
LFT-A	9.579	1.698	1.487	-	-	-
Debênture VALE	-	-	-	9.571	9.537	9.532
Acima de 360 dias	302.183	442.118	520.687	281.691	396.403	534.244
DPGE Banif	6.000	9.547	9.578	6.000	8.342	8.342
DPGE Bicbanco	11.000	17.463	18.091	11.000	15.267	15.267
DPGE Schahin	10.000	14.514	14.513	10.000	12.686	12.686
DPGE Modal	-	-	-	5.000	7.970	7.970
DPGE BMG	-	-	-	10.000	16.359	16.359
DPGE Banco Fibra	11.000	16.283	16.302	11.000	14.349	14.349
DPGE Banco Indusval	8.000	11.680	11.678	8.000	10.218	10.218
DPGE Banco Mercantil	10.000	14.567	14.583	10.000	12.791	12.791
LFT	-	-	-	9.579	3.917	3.917
NTN - C	112.337	194.057	265.026	112.337	183.430	265.026
NTN - B	133.846	164.007	170.917	88.775	111.075	167.320
Títulos Mantidos até o Vencimento	326.762	471.612	552.361	333.773	464.183	603.814
Total	861.548	1.029.497	1.110.245	809.444	984.499	1.124.351

¹ O valor da aplicação em fundos de direitos creditórios corresponde ao total do montante inicial da aplicação, ao longo de 2013 o FIDC fez consecutivas amortizações, entretanto, mantendo constante sua quantidade de cotas;

² As ações OI S.A. foram adquiridas através da reorganização societária da Brasil Telecom, convertendo o total de ações Brasil Telecom em ações OI S.A.. O valor de aquisição do papel refere-se ao valor das ações OI S.A. no momento da conversão;

³ O total das ações da companhia GTD Participações foram convertidas em um fundo de participações Mellon GTD FIP;

⁴ O valor de mercado dos títulos públicos federais seguem o divulgado pela ANBIMA para o dia 31.12.2013, enquanto o valor de mercado dos DPGEs em carteira foram calculados pela Risk Office.

5 - EXIGÍVEL ATUARIAL

Provisões Matemáticas: as Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting e, conforme Parecer Atuarial datado de 14 de fevereiro de 2014, as provisões, avaliadas no regime financeiro de capitalização, estão desdobradas da seguinte forma:

Benefícios Concedidos: registra, de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual dos benefícios líquidos a

serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

Benefícios a Conceder: benefícios do plano com a geração atual - registra o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando do recebimento dos referidos benefícios.

A composição do exigível atuarial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Benefícios Concedidos	886.821	857.008
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	886.821	857.008
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	779.900	754.369
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	106.921	102.639
Benefícios a Conceder	401.553	372.126
Contribuição Definida	357.930	333.993
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	156.037	146.059
Saldo de Contas Parcela Participante	201.893	187.934
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	43.623	38.133
Valor Atual dos Benefícios não programados	43.623	38.133
Total de Provisões Matemáticas	1.288.374	1.229.134

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	857.008	372.126	1.229.134
Apropriação a resultado	29.813	29.427	59.240
Saldos em 31 de dezembro de 2013	886.821	401.553	1.288.374

Hipóteses atuariais: apresentamos, a seguir, as principais hipóteses adotadas:

Plano II de Aposentadoria	2013	2012
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,75% a.a	6% a.a
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a	2% a.a
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a	0% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I - 2% a.a Plano II - 0% a.a	Plano I - 2% a.a Plano II - 0% a.a
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade de geral ⁽⁴⁾	AT - 2000 Basic	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT - 49	AT - 49
Tábua de entrada de invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability	Mercer Disability

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do plano I oriundos da migração do plano I para o plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Porém, metade do rendimento em excesso à meta atuarial é destinado ao reajuste deste benefício conforme regulamento do Plano.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajuste salariais de longo prazo.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativas futuras das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁵⁾ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁶⁾ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

6 - CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22/12/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa - PGA da Fundação Banestes, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 1% sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2013.

Para custeio das despesas administrativas os participantes, assistidos e patrocinadores efetuam o pagamento da contribuição equivalente a 0,50% do salário de participação e as despesas administrativas comuns foram assim rateadas: 60% - para a gestão previdencial e 40% - para a gestão de investimentos.

7 - CONTINGÊNCIAS

A Baneses registra uma contingência de 245 ações tramitando na justiça, das quais 116 tramitam na justiça comum e 129 na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para a Baneses, no total de 71 já se encontram provisionadas no exigível contingencial em 31

de dezembro de 2013 no montante de 9.424 (7.406 em 2012).

Quanto aos demais processos, a grande maioria com sentenças favoráveis à Baneses apresenta um montante de R\$ 9.832 relativo às reclamações trabalhistas e R\$ 3.598 de ações cíveis e tributárias.

A Baneses é Autora nas seguintes ações:

- Proposta pela ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento, BNDES e União Federal, processo de nº. 910123902-3, junto à 23ª Vara Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que já transitou em julgado, razão pela qual possui crédito relativo ao êxito da ação em referência, que ainda depende de apuração e liquidação, motivo pela qual referido crédito não será consignado na conta de ativos da Baneses.
- Proposta pela LOBO & IBEAS em face do Fundo Garantidor de Crédito, processo de nº. 583.00.210.201351-2, junto à 10ª Vara Cível da Comarca de São Paulo-SP, objetivando a recuperação do crédito devido pela decretação de falência do Banco Santos.

8 - DETALHAMENTOS DOS SALDOS DAS RUBRICAS "OUTROS"

Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas "Outros" é o seguinte:

A) ATIVO REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL		
Rubrica 1.2.1.9.00.00.0 - Outros Realizáveis	Exercício Atual	Exercício Anterior
1. Valor a receber de ex-aposentados	3.066	2.843
Total Outros Realizáveis	3.066	2.843

B) RECEITAS - GESTÃO PREVIDENCIAL		
Rubrica 3.1.1.9.00.00.0 - Outros Recursos Correntes	Exercício Atual	Exercício Anterior
1. Contrato do Governo	23.700	29.437
2. Eventuais	301	310
Total Outros Recursos Correntes	24.001	29.747

C) RECEITAS - GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Rubrica 4.1.9.1.00.00.0 - Outras Receitas	Exercício Atual	Exercício Anterior
1. Outras Receitas não Relacionadas	-	694
Total Outras Receitas	-	694

9 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

A Baneses registrou em 2013 déficit técnico acumulado de R\$ 25.541 (superávit de R\$ 11.446 em 2012), decorrente da perda atuarial de 2,15% das provisões matemáticas, pela alteração da premissa de taxa de juros, e da rentabilidade alcançada pelo plano de 2,29%, inferior à meta atuarial de 6%. Evidenciando como fator principal a rentabilidade do Plano no exercício, sendo portanto de natureza conjuntural.

Jussara Gonçalves Vieira
Diretora Superintendente
CPF: 474.853.707-82

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

Deosdete José Lorenção
Diretor de Seguridade
CPF: 148.583.557-72

Neusimar Nunes Gobbi
Contadora CRC ES 007791/0-5
CPF: 621.678.987-20

6 - Pareceres

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
**FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL -
BANESES**
VITÓRIA/ES

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos

valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES** em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2014.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/O-3 S-ES

MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC RS-050671/O-2 S-ES

PARECER ATUARIAL DO PLANO II DE APOSENTADORIA

(14 de fevereiro de 2014)

Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano, referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESTES S.A. Banco do Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES

Clube de Seguros, BANESTES Seguros e BANESTES Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., em 31/12/2013.

Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no

presente estudo foi 30/09/2013.

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	2.188
Idade Média (anos)	44,51
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	18,84
Salário Mensal Médio (R\$)	4.648,86
Folha Anual de Salários (R\$)	132.232.211,02

Participantes Autopatrocinaados

Descrição	
Número	76
Idade Média (anos)	45,02
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	20,30
Salário Mensal Médio (R\$)	4.499,51
Folha Anual de Salários (R\$)	4.445.517,44

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	
Número	2
Idade Média (anos)	51,84
Benefício Mensal Médio (R\$) ⁽¹⁾	N/A

⁽¹⁾ O valor da Complementação Média do Benefício Proporcional Diferido será calculado no momento da elegibilidade do Participante.

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	1.508
Idade Média (anos)	62,6
Benefício Mensal Médio em R\$	4.272,62
Aposentados Inválidos	
Número	193
Idade Média (anos)	57,1
Benefício Mensal Médio em R\$	1.480,55
Beneficiários	
Número	236
Idade Média (anos)	65,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.687,92
Total	
Número	1.937
Idade Média (anos)	62,4
Benefício Mensal Médio em R\$	3.801,34

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2013. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados, refletindo o conceito de capacidade.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à

experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Descrição	
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,75% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I (-2% .a.a.) Plano II (0% a.a.)
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT-49
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

- ⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Porém, metade do rendimento em excesso à meta atuarial é destinado ao reajuste destes benefícios conforme regulamento do Plano.
- ⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.
- ⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.
- ⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo sem agravamentos.
- ⁽⁵⁾ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.
- ⁽⁶⁾ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela(s) Patrocinadora(s) e por estudos específicos realizados em 10/12/2013, que tomaram como base a população existente no(s) Plano(s) administrado(s) pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

A Mercer recebeu os resultados finais do estudo de ALM elaborado pela riskoffice, contendo a metodologia adotada e as expectativas de taxa de retorno dos investimentos da parcela de benefício definido do Plano II de Aposentadoria da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, para subsidiar nas análises necessárias para a viabilidade da taxa de juros.

A Mercer analisou o relatório final disponibilizado pela riskoffice, em formato de apresentação, contendo a metodologia, as premissas, os cenários e os resultados obtidos.

O estudo de ALM considerou cenários econômicos e expectativas de retorno para classes de ativos, passivo atuarial e alocação dos investimentos. O cenário econômico foi definido pela riskoffice.

Com base em diversos cenários, gerados de forma estocástica, e na alocação ótima da carteira de investimentos para parcela de benefício definido do Plano II de Aposentadoria, foi calculado o valor do retorno esperado. Como a simulação é estocástica, são gerados diversos resultados.

As informações sobre os dados e suas fontes, de responsabilidade da Entidade, não foram revalidados ou recalculados pela Mercer.

Como o estudo não apresenta um único retorno esperado, consideramos como indicação de taxas de juros reais

os valores médios observados. Os resultados do estudo indicam as expectativas de taxa de retorno real para as carteiras acima da meta atuarial de inflação + 5,75%.

OPINIÃO DO ATUÁRIO

Com base nos resultados apresentados no estudo da riskoffice a Mercer concorda com a definição da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES da taxa de juros de 5,75% a.a., considerando a proposta compatível com o retorno dos investimentos apontados pelo estudo de ALM e em linha com as definições do Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

A taxa de juros proposta está em linha com o resultado do estudo elaborado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e atendem a limitação legal máxima para 2013 de inflação + 5,75% a.a., prevista na Resolução nº 09, de 29/11/2012.

Ressaltamos que as taxas de retorno esperadas apresentadas pelo estudo se baseiam em uma carteira ótima e somente se confirmarão se a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES efetivamente alterar sua alocação dos investimentos para igualar à carteira ótima sugerida pelo estudo.

Recomendamos que a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES archive o estudo de ALM juntamente com essa fundamentação para fins de consulta e atendimento à fiscalização.

O método atuarial adotado foi o agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria.

Informamos que, a seguinte premissa foi alterada em relação à Avaliação Atuarial anterior:

Hipótese Atuarial	2012	2013
Taxa de Juros	6% a.a	5,75% a.a

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados

nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006 e Resolução CNPC nº09/2012, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldo de Contas individuais informados pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2013 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, posicionados em 31/12/2013.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.282.720.665,08
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.262.833.622,83
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.288.374.435,33
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	886.821.117,82
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	886.821.117,82
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	779.899.215,81
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	106.921.902,01
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	401.553.317,51
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	357.930.053,96
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	156.037.158,01
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	201.892.895,95
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	43.623.263,55
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	43.623.263,55
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	25.540.812,50
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	25.540.812,50
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	25.540.812,50
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	19.887.042,25
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	4.190.006,25
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	4.190.006,25
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	15.697.036,00
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Aposentadoria vigente em 31/12/2013, Plano este que se encontra em manutenção.

Destacamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados);
- As provisões referentes à futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante

ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);
 e) As provisões referentes à pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a variação do resultado do plano de Superávit de R\$ 11.446.252,14 em 31/12/2012 para Déficit de R\$ 25.540.812,50 em 31/12/2013, decorre da perda atuarial de 2,15% das Provisões Matemáticas, pela alteração

da premissa de taxa de juros, e da rentabilidade alcançada pelo Plano de 2,29%, inferior à meta atuarial de 6%.

O principal fator que levou ao Déficit de 2,75% das Provisões Matemáticas de Benefícios Definidos foi à rentabilidade do Plano no exercício de 2013, sendo, portanto, de natureza conjuntural.

O Fundo Previdencial em 31/12/2013, no valor total de R\$ 4.190.006,25, foi constituído com os recursos provenientes de recálculos de reservas individuais de benefícios concedidos, havidos por força de cancelamento de aposentadoria, cujos processos ainda aguardam decisão definitiva.

Plano de Custeio para o Exercício de 2014

Custos

O método atuarial agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, no caso da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES os compromissos, na modalidade benefício definido, já se encontram totalmente integralizado, sendo o custo descrito a seguir o percentual da folha salarial destinado à cobertura das contribuições previdenciárias da modalidade de contribuição definida e despesas administrativas:

Descrição	Custo em % da folha de salário de participação	Custo em R\$ de 31/12/2013
Total de Benefícios	14,65%	19.623.457,00
Administração	1,00%	1.339.441,88
Total	15,65%	20.962.898,88

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2013. Ressaltamos que durante o ano de 2014, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. No entanto, é necessária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

Equacionamento do Déficit

O critério para estabelecimento de contribuições amortizantes para equacionamento do déficit seria a repartição do resultado proporcionalmente às provisões matemáticas de benefícios concedidos, para os assistidos, e benefícios a conceder, para os participantes, cabendo à Patrocinadora a mesma parte destinada a cada um destes grupos.

Tal critério resultaria nas seguintes contribuições:

Cálculo do Custeio para Cobertura do Déficit		
Descrição	Descrição Ativos: 50% do Déficit de BaC; Assistidos: 50% do Déficit de BC; Patrocinadora	50% de cada
Participante	197.135,20	0,02%
Assistido	12.573.271,06	1,42%
Patrocinadora	12.770.406,25	1,51%
	25.540.812,51	

Cálculo Anual para Cobertura do Déficit

Descrição	Descrição Ativos: 50% do Déficit de BaC; Assistidos: 50% do Déficit de BC; Patrocinadora	50% de cada
Participante	31.208,49	0,02%
Assistido	1.329.990,25	1,42%
Patrocinadora	2.021.683,76	1,51%
	3.382.822,50	

Os percentuais apresentados estão livres da taxa de administração e são incidentes sobre os salários no caso de participantes ativos, e sobre os benefícios líquidos no caso de assistidos.

O déficit apurado em 31/12/2013 tem natureza conjuntural e representa 2,75% das Provisões Matemáticas. Portanto, à luz da legislação vigente, seu equacionamento é voluntário, sendo desnecessária a instituição de contribuições amortizantes para o exercício de 2014.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.6.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens B.2.18 (Contribuição Extra) do Regulamento do Plano:

- Contribuição Normal: Corresponde, em média, a 6,47% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- Contribuição Extra: 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,97% da folha de

Salário de Participação (equivalente a R\$ 9.331.279,94 em 31/12/2013).

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.6.1.1 e B.6.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item B.2.18 do Regulamento do Plano:

- Contribuição Básica: Corresponde, em média, a 8,18% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;

- ▶ Contribuição Extra: 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais de Participante equivalem à taxa média estimada em 8,68% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 11.631.618,94 em 31/12/2013).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1% (0,5% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,5% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

Participantes Assistidos e Dependentes com benefício de Pensão por Morte

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- ▶ Sobre o benefício mensal gerado por contribuições ao Plano II:
 - *Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%.
- ▶ Sobre o benefício mensal definido no item B.11.25:
 - *Contribuição de 5,2% do benefício.
- ▶ Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.11 (exceto os estipulados nos itens B.11.25 e B.11.25.1):
 - *Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%;
 - *Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observando-se, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

Tabela de Contribuições Sociais

MASSA MASCULINA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.427,15	2,85	-
De 1.427,16 a 2.854,298	4,75	27,12
De 2.854,30 a 8.562,87	17,10	379,62
Acima de 8.5562,87	20,90	705,01

MASSA FEMININA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.427,15	3,00	-
De 1.427,16 a 2.854,298	5,00	28,54
De 2.854,30 a 8.562,87	18,00	399,60
Acima de 8.5562,87	22,00	742,12

MASSA INSCRITA APÓS 23/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.427,15	2,55	-
De 1.427,16 a 2.854,298	4,25	24,26
De 2.854,30 a 8.562,87	15,30	339,66
Acima de 8.5562,87	18,70	630,80

Participantes “Fundadores” inscritos no Plano anteriormente a 23/01/1978, desde que se aposentem com idade igual ou superior a 55 anos e tempo de serviço igual ou superior a 30 anos no caso de participante do sexo feminino ou 35 anos no caso de participante do sexo masculino, têm suas contribuições calculadas conforme a tabela de contribuição de participantes inscritos após 23/01/1978.

Pensionistas Beneficiários inscritos até 23/01/1978 do sexo feminino efetuam contribuição com base na tabela de contribuição masculina.

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014.

Conclusão

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da BANESES está deficitário, entretanto, de acordo com a legislação vigente, tal valor não será objeto de equacionamento no presente exercício.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014.
Mercer Human Resource Consulting Ltda.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31/10/2011, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2013.

Marilene Bertoni
Presidente

Ricardo Gobbi
Conselheiro

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Baneses, e considerando ainda o Parecer dos Atuários Externos e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2013.

Vitória (ES), 13 de março de 2014.

Maria Aparecida Gonçalves da Silva
Conselheira

Ronaldo Hoffmann
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião de 26 de março de 2014, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2013 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no

Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2013.

Vitória (ES), 26 de março de 2014

Mônica Campos Torres
Presidente

Lúcio Carlos Faller Pereira
Conselheiro

Sandro da Silva Martins
Conselheiro

Jovenal Gera
Conselheiro

Réveles Belarmino dos Santos
Conselheiro

Tarcísio Ceotto Malheiros
Conselheiro

Expediente



Patrocinadores: Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguro e Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES. **Conselho Deliberativo:** Mônica Campos Torres (Presidente), Réveles Belarmino dos Santos, Tarcísio Ceotto Malheiros, Jovenal Gera, Lúcio Faller e Sandro da Silva Martins. **Diretoria Executiva:** Jussara Gonçalves Vieira (Diretora Superintendente), Fernando Valli Cardoso (Diretor de Investimentos) e Deosdete José Lorenção (Diretor de Seguridade). **Conselho Fiscal:** Ricardo Gobbi (Presidente), Ronaldo Hoffmann, Nilson Elias Tristão e Anselmo Custódio Lamas Lopes. **Textos:** Áreas técnicas da BANESES. **Revisão e organização:** Assessoria de Comunicação. **Jornalista responsável:** Rodrigo Alcure Castro (R.P. 3305/ES). **Projeto Gráfico e Editoração:** Comunicação Impressa.



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL

